

A reforma do ensino médio na perspectiva dos docentes: impactos na qualidade do ensino e na valorização discente

Jamilli Vitória Cavalcante

Julia Wantchan Su

Maria Clara Felix

Sara Rute de Lima Durval

Thaysa Lima Amorim

Resumo

Tendo em vista a análise do presente resumo expandido, a reforma do ensino médio exclui ou reduz disciplinas como filosofia, sociologia e artes, enquanto adicionou educação financeira com o intuito de melhorar a aprendizagem dos discentes, como também expandir a grade curricular. Embora relevante, a nova disciplina não substitui a importância das anteriores na formação crítica dos alunos. Dessa maneira, foi evidenciado na análise que o novo currículo restringe a autonomia docente, padronizando a prática pedagógica e dificultando uma formação mais ampla dos estudantes. Diante disso, o artigo busca analisar os impactos da reforma sob a perspectiva dos professores, destacando os desafios enfrentados na docência com a reforma. Por fim, é importante ressaltar que para realizar este resumo foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, utilizando um questionário com perguntas que representem a realidade da situação que os docentes se encontram. A escolha dessa metodologia permitiu captar nuances e subjetividades nas percepções docentes, possibilitando uma compreensão mais profunda dos efeitos da reforma no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; Autonomia docente; Currículo; Impactos da reforma; Pesquisa qualitativa

Abstract

In view of the analysis of this expanded summary, the high school reform excluded or reduced subjects such as philosophy, sociology, and arts, while adding financial education

with the aim of improving student learning and expanding the curriculum. Although relevant, the new subject does not replace the importance of the previous ones in the critical formation of students. Thus, it was evident in the analysis that the new curriculum restricts teacher autonomy, standardizing pedagogical practice and hindering a broader education of students. In view of this, the article seeks to analyze the impacts of the reform from the perspective of teachers, highlighting the challenges faced in teaching with the reform. Finally, it is important to emphasize that to produce this summary, a qualitative research of an exploratory and descriptive nature was carried out, using a questionnaire with questions that represent the reality of the situation in which teachers find themselves. The choice of this methodology allowed us to capture nuances and subjectivities in teachers' perceptions, enabling a deeper understanding of the effects of the reform on daily school life.

Keywords: Secondary education reform; Teacher autonomy; Curriculum; Impacts of reform; Qualitative research

1. Introdução

Nos últimos anos, mais especificamente no Congresso Nacional, a reformulação do ensino médio vem sendo uma pauta bastante discutida, principalmente a partir do Projeto de Lei 6840/2013 que aborda pontos como a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A partir do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, que aconteceu em 31 de agosto de 2016, ocorreram diversas mudanças, inclusive nas pautas discutidas. No início, a ideia de um novo ensino médio era apenas visto como um projeto que aumentaria a jornada de apenas um período para uma jornada integral, como também haveriam mudanças na organização dos currículos das áreas de conhecimento. Entretanto, as mudanças começaram a atingir não somente o campo educacional, que era o principal objetivo, como também emergiram para o campo político (Ferreira, 2021).

Depois do impeachment da presidente Dilma o projeto da reforma do ensino médio continuou em andamento no governo Temer, por meio da Medida Provisória 746/2016, que após um tempo foi convertida pelo Congresso na Lei n.13415, que foi sancionada pelo presidente Temer em 16 de fevereiro de 2017 (Jacomini, 2022). Segundo Chiavatta (2018), a lei citada anteriormente tem origens do neoliberalismo que tinha o objetivo de cortar custos, trazendo uma reestruturação do caráter tecnicista, e como consequência ocorreu a ampliação

do espaço para privações. Dessa forma, em 2018 o Conselho Nacional de Educação aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o intuito de reorganizar “o currículo, as competências e habilidades, excluindo componentes que já existiam e reduzindo conhecimentos que antes eram considerados essenciais para a conclusão do ensino médio” (Ferreira, 2021, p.50).

Um ponto bastante importante a ser abordado é que disciplinas como filosofia, sociologia e artes foram excluídas ou tiveram suas cargas horárias reduzidas e ocorreu a inclusão da disciplina de educação financeira. A disciplina que foi incluída é de suma importância para a construção da aprendizagem dos estudantes, porém disciplinas como filosofia e sociologia também é importante para o crescimento das futuras gerações, pois elas ajudam a compreender o mundo social e a refletir sobre a vida. Assim, segundo (Silva, 2022) não houve participação da comunidade escolar, corpo docente e sindicatos.

Diante desse cenário, o currículo proposto para o exercício da docência revela violências curriculares, com bastantes obstáculos emancipatórios que o professor enfrenta. Nesse contexto, a reforma enxerga a docência com um caráter e prática reduzidos, tendo como obrigação seguir procedimentos padronizados reduzindo ainda mais a autonomia, ao conhecimento e ao trabalho pleno de maneira digna. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da reforma do ensino médio a partir da óptica do docente.

2. Revisão da Literatura

Segundo a BNCC a Reforma do ensino médio trouxe mudanças significativas na estrutura educacional brasileira, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das competências dos estudantes. Para Domingos (2018):

“Estudar muda a condição de uma pessoa” (DOMINGOS, 2018).

O sistema educacional brasileiro passa por uma reorganização que visa ampliar a autonomia dos estudantes na escolha de seus itinerários formativos, proporcionando um ensino mais dinâmico e personalizado. Entretanto, a flexibilização curricular tem gerado debates sobre seus impactos na formação crítica e na equidade educacional.

“No Brasil inteiro, a escola está angustiada. Mas o que está angustiando a escola?” (PACIOS, 2018).

“O Novo Ensino Médio (NEM) surge como resposta à necessidade de adequação da educação às demandas contemporâneas.” (Vista do TEMPO POLÍTICO, NOVO ENSINO MÉDIO E CONHECIMENTO, 2021).

“A política educacional tem sido marcada por movimentos que buscam alinhar o ensino aos critérios do mercado de trabalho.” (Vista do TEMPO POLÍTICO, NOVO ENSINO MÉDIO E CONHECIMENTO, 2021).

Sobre as mudanças no Novo Ensino Médio, segundo TONIETO CARINA, (2023) :

"O artigo discute como a implementação do Novo Ensino Médio tem impactado o trabalho docente, especialmente no que diz respeito à adaptação curricular e à ampliação das competências exigidas dos professores. Essas mudanças têm gerado desafios, incluindo a necessidade de formação contínua e maior flexibilização pedagógica". (TONIETO CARINA, 2023).

Insegurança dos docentes no Novo Ensino Médio segundo SAVIANI, (2022) e TONIETO CARINA, (2023):

“O texto evidencia que os docentes enfrentam dificuldades estruturais, como carga horária extensa e falta de recursos adequados, o que afeta diretamente a qualidade do ensino. A necessidade de conciliar múltiplas demandas impacta a motivação e o desempenho dos profissionais da educação” (TONIETO CARINA, 2023)

"A reforma do ensino médio só terá sucesso se houver um diálogo constante com os professores, que são os principais agentes de transformação na sala de aula. É fundamental que eles participem ativamente do processo de implementação e que suas vozes sejam ouvidas nas decisões políticas e pedagógicas." (SAVIANI, 2022; adaptado).

Sobre a imposição da Lei 13.415/2017 discute SOUZA; GARCIA, (2020):

"A Lei 13.415/2017, na visão de alguns autores, foi imposta aos brasileiros de maneira quase que autoritária e por isso foi objeto de críticas por vários estudiosos da educação, bem como de organizações educacionais preocupadas com as alterações propostas" (SOUZA; GARCIA, 2020, p. 3).

Sobre os itinerários formativos segundo FRIGOTTO, (2020) e SOUZA; GARCIA, (2020):

"Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (BRASIL, 2017, apud SOUZA; GARCIA, 2020, p. 4).

"A oferta de itinerários formativos, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica, representa um avanço na personalização do ensino. Contudo, a implementação desses percursos tem sido desigual, com muitas escolas oferecendo apenas opções limitadas, o que restringe as escolhas dos estudantes e aumenta a carga de trabalho dos professores." (FRIGOTTO, 2020; adaptado).

Sobre a precarização do ensino no artigo intitulado “Revisão da Literatura: O Novo Ensino Médio e a Precarização da Educação(2021)”:

"O risco de empobrecimento do arcabouço cultural e científico talvez aumente quando as definições dos itinerários tiverem que se defrontar com as reais ‘possibilidades dos sistemas de ensino’, o que pode fazer com que as ofertas(Vista do TEMPO POLÍTICO, NOVO ENSINO MÉDIO E CONHECIMENTO, 2021).

Insegurança dos docentes no Novo Ensino Médio segundo SAVIANI, (2022) e TONIETO CARINA, (2023) :

“O texto evidencia que os docentes enfrentam dificuldades estruturais, como carga horária extensa e falta de recursos adequados, o que afeta diretamente a qualidade do ensino. A necessidade de conciliar múltiplas demandas impacta a motivação e o desempenho dos profissionais da educação” (TONIETO CARINA, 2023)

"A reforma do ensino médio só terá sucesso se houver um diálogo constante com os professores, que são os principais agentes de transformação na sala de aula. É fundamental que eles participem ativamente do processo de implementação e que suas vozes sejam ouvidas nas decisões políticas e pedagógicas." (SAVIANI, 2022; adaptado).

Sobre a imposição da Lei 13.415/2017 segundo SOUZA; GARCIA, (2020):

"A Lei 13.415/2017, na visão de alguns autores, foi imposta aos brasileiros de maneira quase que autoritária e por isso foi objeto de críticas por vários estudiosos da educação, bem como de organizações educacionais preocupadas com as alterações propostas" (SOUZA; GARCIA, 2020, p. 3).

Sobre os itinerários formativos segundo a “Revisão da Literatura: A Formação Integral no Novo Ensino Médio, (2020) e FRIGOTTO, (2020) ”:

"Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (BRASIL, 2017, apud SOUZA; GARCIA, 2020, p. 4). (Repetido)

"A oferta de itinerários formativos, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica, representa um avanço na personalização do ensino. Contudo, a implementação desses percursos tem sido desigual, com muitas escolas oferecendo apenas opções limitadas, o que restringe as escolhas dos estudantes e aumenta a carga de trabalho dos professores." (FRIGOTTO, 2020; adaptado).(Repetido)

Sobre a precarização do ensino no artigo “Revisão da Literatura: Os Impactos da Reforma do Ensino Médio, (2020) diz que :

"O risco de empobrecimento do arcabouço cultural e científico talvez aumente quando as definições dos itinerários tiverem que se defrontar com as reais ‘possibilidades dos sistemas de ensino’, o que pode fazer com que as ofertas dos itinerários formativos sejam balizadas pelos profissionais que os sistemas públicos têm" (BODIÃO, 2018, apud SOUZA; GARCIA, 2020, p. 6).(Repetido)

Assim como destacam autores como Saviani (2019) e Freitas (2020):

“A flexibilização sem um planejamento adequado pode aprofundar desigualdades, criando um ensino tecnicista voltado para demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação humanística e científica (Saviani,2019; e Freitas, 2020).

Diante desse cenário, esta revisão pretende analisar os impactos da Reforma do Ensino Médio na equidade educacional, refletindo sobre as possíveis contradições entre a proposta oficial e sua aplicação prática nas redes de ensino.

A BNCC e a Reforma do Ensino Médio, 2021 trouxeram mudanças significativas para o ensino de Ciências, exigindo uma abordagem mais interdisciplinar e

contextualizada, o que impacta diretamente a formação dos professores e a estrutura curricular das escolas (Zanatta, 2021).

Esse ponto destaca a necessidade de repensar a forma como as Ciências são ensinadas, buscando um ensino mais conectado com outras áreas do conhecimento e com a realidade dos alunos. Isso pode trazer benefícios ao aprendizado, mas também exige grande adaptação dos educadores.

A implementação da BNCC, 2021 gerou desafios para os docentes, que precisam se adaptar a novas metodologias de ensino, além de lidar com a fragmentação do currículo e a redução da carga horária para algumas disciplinas(Zanatta, 2021).

Apesar da intenção de modernizar o ensino, há desafios práticos, como a menor carga horária para certas disciplinas, o que pode comprometer a profundidade dos conteúdos abordados. Os professores também enfrentam dificuldades na adoção de novas abordagens pedagógicas sem o suporte adequado.

A Reforma do Ensino Médio enfatiza a flexibilização curricular e os itinerários formativos, mas há preocupações sobre como isso pode afetar a qualidade do ensino de Ciências, especialmente em escolas com menos recursos(BNCC, 2021).

A flexibilização pode ser uma oportunidade para os alunos escolherem áreas de maior interesse, mas também levanta preocupações sobre desigualdades entre escolas públicas e privadas. Nem todas as instituições têm estrutura para oferecer itinerários completos e de qualidade, o que pode ampliar as diferenças educacionais.

A formação dos professores de Ciências precisa ser repensada para atender às exigências da BNCC, demandando maior preparo para o uso de metodologias ativas, trabalho interdisciplinar e desenvolvimento de competências socioemocionais nos estudantes(BNCC, 2021).

A nova configuração do ensino exige que os professores sejam mais versáteis, dominando não apenas os conteúdos específicos, mas também metodologias inovadoras. A formação docente precisa acompanhar essas mudanças, o que exige investimentos e reformulações nos cursos de licenciatura.

Embora a BNCC busque tornar o ensino mais dinâmico e alinhado às necessidades contemporâneas, há críticas quanto à sua implementação prática, especialmente em relação à falta de infraestrutura e suporte adequado para os professores(Branco, 2021).

A proposta da BNCC é interessante na teoria, mas sua implementação enfrenta desafios concretos, como a falta de formação continuada para professores e a precariedade de muitas escolas. Sem esses elementos, a efetivação das mudanças pode ficar comprometida. Ademais, segundo Altair A.Fávero, Junior B.Centenaro e Antônio P. dos Santos no artigo intitulado “A ilusão da liberdade de escolha: o problema da "customização" do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino médio, 2022”

O texto sugere que a ideia de liberdade de escolha, muitas vezes exaltada em sociedades modernas, pode ser fortemente influenciada por fatores externos, como marketing, cultura e sistemas econômicos(Santos, 2022).

Essa reflexão leva à compreensão de que as decisões individuais raramente são totalmente autônomas. O poder da propaganda e da construção social molda preferências e decisões, tornando a liberdade de escolha mais uma sensação do que uma realidade plena.

O autor argumenta que a multiplicidade de opções oferecidas ao consumidor pode, paradoxalmente, resultar em angústia e indecisão, em vez de proporcionar um senso maior de autonomia(Santos,2022).

Esse fenômeno é conhecido como o "paradoxo da escolha", no qual um excesso de alternativas pode gerar ansiedade e insatisfação. Em vez de aumentar o bem-estar, a ampla gama de possibilidades pode dificultar a tomada de decisões e gerar arrependimento.

O texto discute como as grandes corporações e os algoritmos personalizados reduzem a percepção de liberdade ao direcionar escolhas com base no comportamento passado dos consumidores(Fávero, 2022).

Esse controle, embora sutil, demonstra como a coleta de dados e o uso da inteligência artificial restringem opções e criam bolhas de consumo, limitando a diversidade de experiências e reforçando padrões pré-estabelecidos.

O artigo aponta que normas culturais e sociais pré-determinadas exercem forte influência sobre as decisões individuais, fazendo com que escolhas consideradas pessoais sejam, na verdade, reflexos de expectativas externas (Centenaro, 2022).

Isso reforça a ideia de que a liberdade de escolha pode ser um conceito ilusório, uma vez que crenças, valores e regras impostas pela sociedade moldam preferências desde a infância, muitas vezes sem que o indivíduo perceba.

O autor sugere que reconhecer as influências externas sobre nossas decisões pode ser um primeiro passo para conquistar uma liberdade de escolha mais consciente e crítica (Fávero, 2022).

Esse reconhecimento permite um maior nível de autonomia, na medida em que o indivíduo passa a questionar suas próprias motivações e evitar ser manipulado por forças externas. A educação e o pensamento crítico tornam-se, assim, ferramentas essenciais para uma escolha mais autêntica.

Como aponta Bodião (2018, apud SOUZA; GARCIA, 2020, p. 6), há um risco concreto de que a reorganização curricular contribua para a fragmentação do conhecimento e para a restrição do acesso a uma formação ampla e crítica, especialmente entre os estudantes de escolas públicas. Segundo os autores, essa mudança pode resultar em uma:

“Oferta desigual de itinerários, restringindo possibilidades de escolha” (SOUZA; GARCIA, 2020, p. 7).

“A falta de recursos e infraestrutura nas escolas públicas compromete a implementação efetiva da reforma” (SOUZA; GARCIA, 2020, p. 9).

Diante desse cenário, esta revisão pretende analisar os impactos da Reforma do Ensino Médio na equidade educacional, refletindo sobre as possíveis contradições entre a proposta oficial e sua aplicação prática nas redes de ensino.

3. Procedimentos Metodológicos

Para a construção deste artigo, foi elaborado um questionário online com o intuito de coletar dados, composto por perguntas objetivas e subjetivas. Dessa maneira, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, visando compreender as percepções e experiências dos docentes em relação à reforma do ensino médio. Assim, o questionário foi aplicado no município de Paudalho, sendo distribuído por meio de

plataformas online e redes sociais e para incentivar a participação, foi garantido o anonimato dos respondentes e a confidencialidade das informações fornecidas. Por fim, a escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de captar nuances e subjetividades presentes no discurso dos participantes, permitindo uma análise mais profunda dos impactos da reforma no cotidiano dos docentes. Abaixo será descrito como o questionário estava estruturado.

O Quadro 1 mostra detalhadamente as etapas da metodologia que foi aplicada para o desenvolvimento do presente resumo expandido.

Quadro 1 - Metodologia da pesquisa: etapas essenciais

Etapa	Detalhamento
1. Divulgação	Por meio de conteúdos divulgados em redes sociais, docentes do município de Paudalho da rede estadual e privada receberam o link da pesquisa.

Dessa forma, no início do questionário foram realizadas perguntas para fazer um levantamento do perfil do respondente, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Perfil do respondente

1. Qual a sua faixa etária?
2. Há quanto tempo você atua como docente?
3. Qual a sua área de atuação no Ensino Médio?
4. Em qual tipo de instituição você leciona?

Em seguida, a aplicação dos questionários foi realizada em uma segunda parte que teve como objetivo analisar o conhecimento que os correspondentes têm sobre o tema, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Conhecimento e Percepção sobre a Reforma do Ensino Médio

Quadro 3	Questão
5	Você se considera bem informado(a) sobre as mudanças implementadas pela Reforma do Ensino Médio?
6	Na sua percepção, a Reforma do Ensino Médio trouxe melhorias para a educação pública ou privada?
7	Como você avalia a adequação da infraestrutura da sua escola (laboratórios, internet, espaços de convivência) para suportar as exigências práticas do novo modelo de ensino?
8	Você percebe diferenças no impacto da reforma entre alunos de diferentes perfis socioeconômicos na sua instituição? Se sim, quais?

Por conseguinte, a penúltima parte do questionário trouxe perguntas para fazer um levantamento sobre possíveis impactos que a reforma do ensino médio trouxe na perspectiva dos docentes, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 - Impactos da Reforma na Valorização e Condições de Trabalho dos Professores

Quadro 4	Questão
8	Você acredita que a Reforma do Ensino Médio contribuiu para a valorização docente?
9	Como a reforma afetou a carga de trabalho dos professores?
10	Você se sente preparado(a) para as novas demandas exigidas pela Reforma?
11	Você sente que houve uma maior autonomia docente na definição dos conteúdos?

Na sequência, a aplicação dos questionários foi realizada de maneira semiestruturada, pois os docentes tiveram abertura para discorrer sobre o presente tema na última pergunta do questionário, como ilustra o Quadro 5.

Quadro 5 - Perspectivas e Opiniões

Quadro 5	Questão
----------	---------

12	Quais são os principais desafios para a valorização dos professores em Pernambuco?
13	A Reforma considerou adequadamente a participação dos professores na sua formulação?
14	Na sua percepção, a Reforma do Ensino Médio pode ser considerada positiva ou negativa?
15	Você poderia relatar um exemplo prático de um desafio ou dificuldade real que enfrentou em sala de aula ao tentar aplicar o novo currículo?

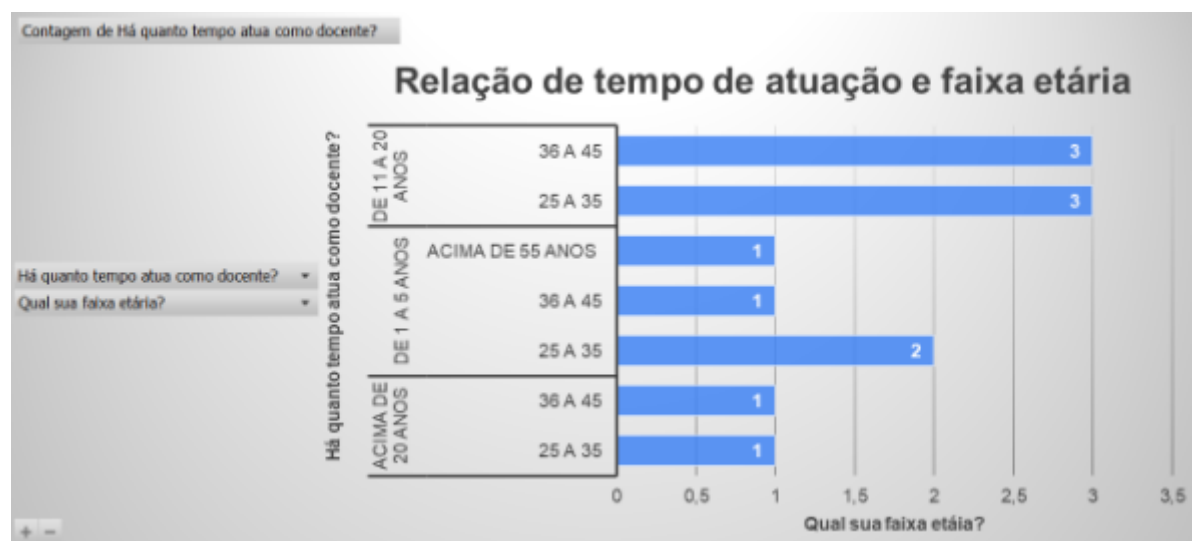
4. Resultados e Discussão

Após a aplicação da pesquisa e coletânea das respostas, os dados propostos seguiram para a Análise, a apresentação dos resultados será conduzida em dois momentos: (1) perfil dos professores participantes da pesquisa e algumas considerações a partir de análises iniciais; (2) análise das entrevistas, considerando o processo de estabelecimento das categorias emergentes. Para o primeiro momento da apresentação dos resultados, serão apresentados os perfis dos docentes entrevistados (Quadro 6), todos atuando na cidade de Paudalho - PE, entretanto em realidades distintas, tendo suas particularidades de formação e trajetória docente.

Quadro 6

Docente	Formação	Histórico	Ambiente de atuação
Docente 1	Linguagens e suas Tecnologias	Até 20 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 2	Outras áreas	Até 20 anos de experiência	Atuando em Instituição privada
Docente 3	Linguagens e suas Tecnologias	Até 20 anos de experiência	Atuando Escola pública estadual
Docente 4	Ciências Humanas e sociais aplicadas	Até 5 anos de experiência	Outras
Docente 5	Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	Até 5 anos de experiência	Outras instituições
Docente 6	Ciências Humanas e sociais aplicadas	Até 20 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 7	Linguagens e suas Tecnologias	Até 5 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 8	Matemática e suas Tecnologias	Mais de 20 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 9	Ciências Humanas e Sociais aplicadas	Até 20 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 10	Matemática e suas Tecnologias	Até 20 anos de experiência	Escola pública estadual
Docente 11	Ciências da Natureza e suas tecnologias	Mais de 20 anos de experiência	Escola pública estadual

Docente 12	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Mais de 20 anos de experiência	Outras instituições
------------	-------------------------------------	--------------------------------	---------------------



Nos perfis dos docentes colaboradores foram analisadas e observados certas diversidades no tempo e área de formação, como:

- Tempo de atuação variando entre 20 ou mais anos de experiência, ou seja, docentes com experiência significativa em suas determinadas áreas. Alguns iniciantes (1 a 5 anos). O que sugere análises críticas baseadas em vivências anteriores e posteriores à reforma. Professores iniciantes (1 a 5 anos) trazem perspectivas sobre os desafios de adaptação às novas diretrizes.

Também foram obtidas uma variação bastante significativa na área de atuação. Dessa forma, é possível notar uma distribuição equilibrada entre disciplinas tradicionais. Ademais, apesar das considerações apresentadas, também é possível notar uma menor representatividade de instituições privadas e o predomínio de respostas de professores da escola pública estadual reforça a necessidade de discutir os impactos da reforma em contextos com maiores carências estruturais.

Quadro 7

Você se	Na sua	Você acredita	Como a	
---------	--------	---------------	--------	--

considera bem informado(a) sobre as mudanças implementadas pela Reforma do Ensino Médio?	percepção, a Reforma do Ensino Médio trouxe melhorias para a educação pública ou privada?	que a Reforma do Ensino Médio contribuiu para a valorização docente?	reforma afetou a carga de trabalho dos professores?	
Sim, conheço profundamente as diretrizes da reforma	Melhorou em alguns aspectos, mas trouxe desafios	Em alguns aspectos, mas sem impacto significativo	Aumentou a carga de trabalho devido a novas exigências curriculares e atividades adicionais	
Tenho um conhecimento razoável sobre o tema	Não trouxe melhorias significativas	Não, a valorização dos professores continua defasada	Não houve impacto significativo na carga de trabalho	
Tenho pouco conhecimento sobre	Piorou a qualidade da educação	Pelo contrário, a reforma agravou a precarização da profissão	A carga de trabalho permaneceu a mesma, mas com mais demandas administrativas	
Sim, tenho	Acredito que	Em alguns	Reduziu a carga	

conhecimento	trouxe melhorias	aspectos e outros não	de trabalho e permitiu melhor planejamento pedagógico	
Quatro docentes optaram que Sim e Oito optaram por ter conhecimento razoável.	Quatro docentes alegaram que Melhorou, Seis docentes alegaram que não e Dois alegaram que piorou.	Três docentes alegaram que em alguns aspectos, Seis alegaram que não e três alegaram que agravou.	Oito apresentam aumento, um docente diz que Não houve impacto, Dois dizem ter Aumentado Um alega ter permanecido a mesma.	Respostas Obtidas

Analisando as respostas dos docentes concluímos que a maioria dos professores demonstra familiaridade com as mudanças, mas apenas um terço afirma dominar profundamente as diretrizes. Isso reforça que, embora a reforma tenha sido divulgada, há lacunas na compreensão detalhada ou na capacitação efetiva dos docentes o que demonstra preocupação, tendo em vista que os docentes lecionam e aplicam seus conhecimentos para os discentes, assim a partir do momento em que a maioria não obtém conhecimento daquilo que vai aplicar, não conseguirá levar clareza e informações concretas aos alunos.

Dessa forma, 67% dos professores não enxergam avanços significativos ou avaliam piora com a reforma. Os 33% que reconhecem progressos destacam que eles são limitados e acompanhados de desafios, como aumento de burocracia ou redução de conteúdos necessários.

Cerca de 75% dos professores não percebem avanços na valorização, com 25% vendo retrocesso. Dessa maneira, a reforma não priorizou questões como remuneração, condições de trabalho ou participação do docente na tomada de decisões. Apresentando falhas nas políticas efetivas, visto que o docente é um dos principais afetados com tal mudança. A maioria relata aumento de tarefas, especialmente ligadas a ajustes curriculares, burocracia e atividades adicionais, ademais é evidente que existe uma sobrecarga generalizada. E é válido

ressaltar que muitos professores precisam realizar dupla jornada em diferentes escolas para complementar suas rendas. Por fim, apenas um docente mencionou redução da carga horária, possivelmente num contexto onde a flexibilidade foi bem implementada ou pelo fato de ser vinculado a uma instituição flexível.

Diante desse cenário, é possível observar também que os que afirmam "não houve melhorias" ou "piorou" também são os que mais destaca: Aumento da carga de trabalho (8/8), Falta de valorização (9/12) e redução de autonomia (presente em 10/12 respostas qualitativas). Docentes que têm formação em Ciências Humanas e Linguagens criticam a perda de disciplinas essenciais para o pensamento crítico, visto que são julgadas como menos necessárias. Por outro lado, professores de Matemática e Ciências da Natureza mencionam dificuldades com itinerários formativos pelas disciplinas terem uma maior prioridade.

As respostas também revelam que professores que avaliam a reforma de forma negativa são os que mais destacam o aumento da carga de trabalho, falta de valorização e redução da autonomia docente. Docentes das áreas de Ciências Humanas e Linguagens criticam a diminuição de disciplinas voltadas ao pensamento crítico, enquanto professores de Matemática e Ciências da Natureza apontam dificuldades relacionadas à priorização e organização dos itinerários formativos. Além disso, cerca de 75% dos professores não se sentem plenamente preparados para atuar no novo modelo, citando formação insuficiente e pouco alinhada às demandas práticas. Metade dos participantes também relata perda de autonomia, atribuída a diretrizes rígidas impostas de forma centralizada.

A partir da análise das entrevistas, além dessas percepções gerais, emergiram aspectos específicos relacionados à implementação das trilhas formativas, ao apoio institucional e às parcerias estabelecidas. No que diz respeito às estratégias de implementação das trilhas, verificou-se um processo heterogêneo e, muitas vezes, pouco estruturado, incluindo adaptações curriculares aceleradas, planejamento coletivo nem sempre sistemático, uso de projetos interdisciplinares e oferta limitada de itinerários, condicionada à infraestrutura e ao quadro docente disponível. Contudo, a maioria dos professores afirma que essas ações ocorreram sem formação adequada e planejamento consistente, comprometendo sua efetividade e reduzindo-as, em alguns casos, ao cumprimento de exigências legais.

Em relação ao apoio da gestão escolar, os relatos indicam que houve suporte parcial. Embora alguns docentes reconheçam esforços da direção na organização escolar, esse apoio é

frequentemente limitado por fatores estruturais, como escassez de recursos, ausência de formação continuada, pressões administrativas e baixa autonomia institucional. Quanto às parcerias, constatou-se que a maioria das escolas não possui articulações consolidadas com instituições externas, havendo apenas iniciativas pontuais e pouco frequentes, o que limita o potencial formativo das trilhas, especialmente no que se refere à formação técnica e ao projeto de vida dos estudantes.

Assim, um dos principais desafios para a valorização docente apontados pelos participantes refere-se a problemas estruturais recorrentes, como baixos salários, falta de materiais didáticos e ausência de apoio psicológico, além da crítica à exclusão dos professores nos processos decisórios que impactam diretamente sua prática pedagógica. Nesse sentido, a maioria dos docentes destaca que a formulação da Reforma do Ensino Médio ocorreu de maneira *top-down* (de cima para baixo), marcada por consultas simbólicas e limitada participação efetiva da categoria, evidenciando um processo pouco democrático e com baixa representatividade. De modo geral, os dados indicam que a implementação da reforma ocorre em um cenário de descompasso entre a proposta normativa e a realidade escolar, no qual os professores enfrentam desafios como a falta de formação adequada, o aumento da carga de trabalho e a ausência de suporte estruturado. Assim, embora haja certo nível de conhecimento sobre a reforma, predominam percepções de insatisfação, ausência de valorização profissional e dificuldades práticas que comprometem a efetividade das mudanças propostas.

5. Considerações Finais

A análise das percepções dos docentes sobre a Reforma do Ensino Médio revela um cenário de desafios e insatisfações quanto à implementação e aos impactos dessa política educacional. De maneira geral, os professores demonstram preocupação com a precarização do ensino, uma vez que a nova estrutura curricular pode comprometer a formação crítica dos estudantes ao privilegiar uma abordagem tecnicista. Dentre os aspectos mais mencionados, destaca-se a ausência de diálogo com os profissionais da educação no processo de formulação da reforma. A falta de participação dos docentes na elaboração curricular é vista como um entrave para a construção de um ensino médio que atenda efetivamente às necessidades dos alunos e da sociedade. Além disso, a sobrecarga dos professores, decorrente da necessidade de assumir disciplinas fora de sua formação original para cumprir carga horária, evidencia uma desvalorização profissional que impacta diretamente a qualidade do ensino.

Outro ponto levantado é a retirada de carga horária de disciplinas consideradas essenciais para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes. Essa reestruturação, aliada à implementação das trilhas formativas sem planejamento adequado, resultou em um modelo de ensino que, para muitos docentes, não contribui para a melhoria da educação pública. Apesar das mudanças anunciadas para 2025, com a retomada da Formação Geral Básica e o aumento da carga horária para disciplinas essenciais, não há consenso sobre melhorias na valorização docente. Para muitos professores, as reformas educacionais recentes não trouxeram benefícios concretos à categoria, sendo vistas, em alguns casos, como medidas impostas sem considerar as reais demandas da educação pública.

Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma reavaliação profunda da Reforma do Ensino Médio, considerando a participação ativa dos docentes na formulação de políticas educacionais. O diálogo com quem está diariamente em sala de aula é essencial para garantir que as mudanças propostas atendam não apenas às necessidades do mercado de trabalho, mas, sobretudo, à formação integral dos estudantes e à valorização dos profissionais da educação.

Nesse sentido, também é importante destacar a importância da implementação mais estruturada das trilhas de desenvolvimento, de modo que ajudará a garantir o cumprimento efetivo das trilhas que tem o papel não só de orientar os estudantes, mas também envolve o apoio aos docentes. Dessa forma, é imprescindível que haja clareza na oferta das trilhas,

alinhadas com a realidade das escolas e o apoio pedagógico adequado, para permitir que o discente se sinta seguro ao escolher seus interesses, habilidades e projeto de vida. Assim, é possível perceber que sem direcionamento, as trilhas formativas correm um risco bastante considerável de se tornarem apenas uma exigência formal do currículo, sendo assim não terá contribuição para a formação integral dos estudantes.

Referências

Assessoria de Comunicação Social do MEC, com informações da SEB; Gov.Br, O que muda no ensino médio a partir de 2025; Publicado em 02/08/2024 11h41. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025>

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar Calegari. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. Vol. 4, n. 3. 2021 Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emerson-Branco/publication/350702959_BNCC_e_Reforma_do_Ensino_Medio_implicacoes_no_ensino_de_Ciencias_e_na_formacao_do_professor/links/6080ae16881fa114b41b6d8d/BNCC-e-Reforma-do-Ensino-Medio-implicacoes-no-ensino-de-Ciencias-e-na-formacao-do-professor.pdf

BELLENZIER, Caroline Simon; BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon; FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. Os professores diante do novo ensino médio: relações externas de mudança e trabalho docente, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/69995/61114>

CENTENARO, Junior Bufon; FÁVERO, Altair Alberto; SANTOS, Antônio Pereira dos. Educação por escrito, Porto Alegre, v. 13. n. 1, p. 1-11, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 2179-8435. A ilusão da liberdade de escolha: o problema da "customização" do currículo dos itinerários formativos da Reforma do Ensino Médio. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/Vista%20do%20A%20ilus%C3%A3o%20da%20liberdade%20de%20escolha%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Vista%20do%20A%20ilus%C3%A3o%20da%20liberdade%20de%20escolha%20(2).pdf)

CHIAVATTA, M. A reforma do Ensino Médio: Uma Leitura Crítica Da Lei N. 13.415/2017— Adaptação ou Resistência? Holos, v.4, n.4, 2018.

FERREIRA, P. de F. Reforma do Ensino Médio: a lei 13.415/2017 como outra racionalidade para a educação básica. Pelotas, 2021. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

JACOMINI, M. A. Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país. Retratos da Escola, v. 16, n. 35, p. 267–283, 2022.

SOUZA, R. A; GARCIA, L, N.S. Estudo sobre a Lei 13.415/2017 e as mudanças para o novo ensino médio. 30 de setembro de 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v14/1981-1969-jpe-14-e72965.pdf>

SILVA, M. R.; BARBOSA, R. P.; KÖRBES, C. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. Retratos da Escola, v. 16, n. 35, p. 399-417, 2022.

JORNAL da Unesp, Reforma do Novo Ensino Médio abre caminho para corrigir distorções, mas deixa pontos importantes em aberto, em 2024. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2024/08/23/reforma-do-novo-ensino-medio-abre-caminho-para-corrigir-distorcoes-mas-deixa-pontos-importantes-em-aberto/>

<https://www.merriam-webster.com/dictionary/top-down>